



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - [www.jfpr.jus.br](http://www.jfpr.jus.br) -  
Email: [prfoz02@jfpr.jus.br](mailto:prfoz02@jfpr.jus.br)

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5011326-  
25.2021.4.04.7003/PR**

**OFÍCIO Nº 700012239381**

Ao Ilustríssimo Senhor  
Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano  
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social  
Telefone(s) : (61) 3313-4180  
E-mail : [pres@inss.gov.br](mailto:pres@inss.gov.br)

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminha-se em anexo cópia da sentença proferida na ação em epígrafe, ajuizada por MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA, CPF: 36813761153, contra INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, CNPJ: 29979036000140 e BANCO DAYCOVAL S.A., CNPJ: 62232889000190, para adoção das medidas que reputar cabíveis.

A ação é pública e tramita na forma eletrônica, o inteiro teor do processo poderá ser acessado pelo endereço eletrônico <https://eproc.jfpr.jus.br/eprocV2/> - consulta pública - consulta processo com chave - indicando o número do processo e a chave de acesso nº 226934038921.

Em caso de dúvidas para acessar a íntegra deste processo eletrônico favor entrar em contato pelo telefone (45) 3576-1182, o qual também pode ser utilizado para fins do aplicativo Whatsapp.

Anexo: evento 48, SENT1.

Respeitosamente,

---

Documento eletrônico assinado por **RONY FERREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700012239381v2** e do código CRC **9a9a334a**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RONY FERREIRA

Data e Hora: 25/5/2022, às 21:21:27

---

**5011326-25.2021.4.04.7003**

**700012239381 .V2**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - www.jfpr.jus.br -  
Email: prfoz02@jfpr.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5011326-  
25.2021.4.04.7003/PR**

**AUTOR:** MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA

**RÉU:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**RÉU:** BANCO DAYCOVAL S.A.

**SENTENÇA**

**Relatório**

A controvérsia diz respeito à contratação ou não de empréstimo consignado entre a autora (beneficiária do INSS) e o BANCO DAYCOVAL S.A.

A autora afirma que recebe benefício de pensão por morte junto ao INSS sob nº 079.306.806-1.

Alega que percebeu a ocorrência de descontos indevidos em seu benefício, iniciados em março de 2021, os quais se referem ao empréstimo consignado nº 50-8672937/21 do Banco Daycoval, no valor de R\$ 1.476,56 (mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), com data de inclusão em 19/03/2021, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 35,56 (trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) cada.

Entretanto, a autora alega que jamais realizou o referido empréstimo e que tal prática é abusiva.

Alega que possui outros empréstimos consignados, contraídos com outras financeiras, a saber, os contratos nº 344170154-1 (Panamericano); 344170248-1 (Panamericano) e 000012303551 (Banco Safra), mas que não solicitou o empréstimo junto ao Banco Daycoval, tampouco autorizou a consignação das parcelas mensais do referido empréstimo em seu benefício previdenciário.

No evento 4 foi proferida decisão, deferindo a tutela de urgência para "*determinar ao INSS que suspenda, imediatamente, os débitos consignados no benefício de pensão por morte n. 079.306.806-1, referentes ao contrato 50-8672937/21 do Banco Daycoval*".

No evento 25, o Banco Daycoval informou o cumprimento da decisão antecipatória.

O INSS apresentou Contestação no evento 31.

O Banco Daycoval contestou no evento 32, oportunidade em que juntou ao processo cópia do contrato (evento 32, CONTR8).

Colhido o depoimento da autora no evento 34, VIDEO2

No evento 46 o Ministério Público Federal manifestou-se pelo deferimento dos pedidos constantes na inicial.

Veio concluso para sentença.

Passo a decidir:

### **Fundamentação**

#### ***- Ilegitimidade passiva do INSS***

Aduz o INSS sua ilegitimidade passiva, sustentando que a autarquia não tem aptidão para cancelar ou opinar acerca da regularidade dos contratos de empréstimos firmados entre os segurados e os agentes financeiros

Requeru extinção do processo, sem julgamento do mérito.

Sem maiores delongas, muito embora o INSS alegue que não fez parte do negócio jurídico aventado, encontra-se diretamente envolvido, pois cabe a ele operacionalizar o desconto no benefício previdenciário, sendo, portanto, parte legítima para figurar no polo passivo.

Neste sentido:

*ADMINISTRATIVO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LEGITIMIDADE PASSIVA INSS. RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS. O INSS é parte legítima em demanda relativa à ilegalidade de descontos no benefício de segurado, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003. (TRF4, AC 5006406-94.2015.4.04.7204, QUARTA TURMA, Relator CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 16/10/2017).*

*ADMINISTRATIVO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LEGITIMIDADE PASSIVA INSS. RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. 1. O INSS é parte legítima em demanda relativa à ilegalidade de descontos no benefício de segurado, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003. 2. Os pressupostos da reparação civil são o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade. No caso concreto, estão demonstrados os requisitos para a configuração do dever de indenizar, a saber: a) o fato (descontos indevidos no benefício previdenciário); b) a omissão estatal revelada na falha de serviço; c) o dano (descontos indevido); d) o nexo de causalidade; e) a inexistência de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior. 3. Há dano indenizável a partir da falha na prestação do serviço bancário e previdenciário quando é descontado valor indevido na*

conta do cliente/beneficiário, gerando estresse desnecessário à parte autora. 4. Demonstrado o nexo causal entre o fato lesivo imputável aos réus, exsurge o dever de indenizar, mediante compensação pecuniária compatível com a dor moral. (TRF4, AC 5016319-97.2010.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relator GUILHERME BELTRAMI, juntado aos autos em 29/01/2016).

Rejeito, portanto, a preliminar aventada.

#### **- Ausência de Interesse de Agir**

O Banco Daycoval sustenta a falta de interesse de agir da parte autora, ao argumento de que inexiste pretensão resistida, tendo em vista que a autora não entrou em contato com a instituição financeira por meio de seus canais de atendimento.

Contudo, é pacífica a jurisprudência do TRF da 4ª Região no sentido de que a oposição ao pedido deduzido judicialmente, manifestada na contestação, supre a necessidade de prévio requerimento administrativo.

Assim, afasto a preliminar.

#### **- Aplicação do CDC e Inversão do ônus da Prova**

Pacífico é o entendimento de que na relação entre a instituição financeira e o cliente aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que se encontra estabelecida relação de consumo, conforme súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça:

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras e possibilita, em seu artigo 6º, VIII, a inversão do ônus da prova, visando facilitar a defesa do consumidor, por vezes hipossuficiente frente ao fornecedor:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*(...)*

*VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a **inversão do ônus da prova**, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;*

*(...)*

No caso concreto, é possível a inversão do ônus da prova, tendo em vista não ser possível exigir da autora comprovar que não requereu empréstimo junto ao Banco Daycoval nem autorizou a inclusão dos descontos em seu benefício previdenciário.

#### Mérito

A controvérsia diz respeito à contratação ou não de empréstimo consignado entre a autora (beneficiária do INSS) e o Banco Daycoval, sob número de contrato 50-8672937-21, com pagamento previsto

de 84 parcelas, no valor de R\$ 35,56 cada - (evento 1, OUT6)

Contratos de Empréstimos		Comp. 1ª Parcela	Comp. Última Parcela	Data inclusão	QTD Parcelas	Valor Parcela	Valor Empréstado
Empréstimo	CBC / Banco						
50-8672937/21	707 - Daycoval	04/2021	03/2028	19/03/2021	84	R\$ 35,56	R\$ 1.476,56
Situação: Ativo							

Entretanto, a autora sustenta que nunca contratou referido empréstimo. Tal alegação foi reiterada pela autora em seu depoimento pessoal (evento 34, VIDEO2).

A autora, em audiência, reafirmou possuir (ou já ter possuído) empréstimos consignados com o Banco safra e com o Banco Pan, os quais foram contratados por meio da empresa Credi Fácil, localizada no município de Maringá, mas nunca efetuou empréstimo consignado com o Banco Daycoval ou com algum correspondente da referida instituição. Que sequer sabia da existência do Banco Daycoval.

Apresentada cópia do contrato, em audiência, a autora informou que seu endereço é "Rua 07 de abril, nº 981" e não nº 15 como consta no contrato. Afirmou não reconhecer como sua a assinatura no contrato. Afirmou, ainda, que não conhece a empresa Bev Cred nem o agente Aron Fernandes Ventura Porto.

Ao ser perguntada pela advogada do Banco Daycoval, disse que o valor do suposto empréstimo foi creditado em sua conta poupança, a qual mantém junto à CEF e não é a mesma conta na qual recebe seu benefício previdenciário. Também disse que possuía intenção de devolver o valor mas, por desconhecer o Banco Daycoval, não sabia como proceder e por isso buscou ajuda de advogado e ingressou com a presente ação.

O caso em comento parece enquadrar-se no que hoje se denomina GOLPE DO EMPRESTIMO CONSIGNADO, amplamente divulgado pela imprensa.

<https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/aposentados-sao-vitimas-do-golpe-do-emprestimo-consignado-e-contabilizam-prejuizos-16112020>

<https://globoplay.globo.com/v/8975643/>

<https://globoplay.globo.com/v/9080670/>

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/05/reclamacoes-relacionadas-a-emprestimos-consignados-mais-do-que-dobram-em-10-meses-do-ano.ghtml>

Como se vê das matérias acima e de outros processos judiciais que tramitam nesta vara federal, cresce o numero de empréstimos consignados fraudulentos realizados por bancos e financeiras em desfavor de aposentados.

A prática mais comum tem sido por meio dos denominados "Correspondentes" - que prestam serviços para Bancos e Financeiras. Em muitos casos examinados verifica-se que tais "correspondentes" enviam às suas respectivas instituições contratos INEXISTENTES.

Humberto Teodoro Junior, citando Caio Mario e José de Abreu Filho, esclarece:

"(...)

*Mais uma vez, a lição de CAIO MÁRIO é precisa e irreprochável:*

*“Ato jurídico inexistente é aquele a que falta um pressuposto material de sua constituição. Não é o mesmo que nulidade, porque no ato nulo estão presentes os pressupostos de fato, em virtude dos quais o ato negocial chega a formar-se, porém frustra nos resultados, dada a contravenção a alguma disposição de ordem pública”. Em seguida, exemplifica: “a incapacidade absoluta do agente induz a nulidade do ato, porque há uma declaração de vontade, embora defeituosa... Ao contrário da nulidade, em que a declaração de vontade conduz à ineficácia por desconformidade com as predeterminações legais, a inexistência advém da ausência de declaração de vontade. Quando o objeto é ilícito ou impossível, o ato é nulo; mas se inexistente o objeto, será inexistente o ato”.*

*Em síntese - explica JOSÉ DE ABREU FILHO - o negócio inexistente “seria aquele que carecesse de elementos indispensáveis para sua própria configuração como uma figura negocial. Tais elementos são indiscutivelmente, dois: a vontade e o objeto. Não se pode conceber a existência de um negócio, como temos reiteradamente afirmado, se falta o elemento volitivo. Sem a manifestação da vontade o negócio não pode formar-se evidentemente”. Também sem o objeto jurídico (vontade voltada para criação, modificação ou extinção de relação jurídica) não se chega ao aperfeiçoamento do negócio jurídico. O caso é, enfim, de inexistência, e não de invalidade quando “nem sequer aparentemente se verifica o corpus de certo negócio jurídico”; ou quando, embora exista tal aparência, a realidade não corresponde ao corpus do negócio perquirido.*

*(<http://genjuridico.com.br/2019/12/23/negocio-juridico-inexistencia-invalidade/>)*

*(...)"*

Ou seja, a validade de um negócio jurídico, nas lições de Caio Mario *“é uma decorrência da emissão volitiva e de sua submissão às determinações legais”.*

Em casos como o presente, como não houve assinatura do contrato pela beneficiária, o contrato é inexistente.

O dinheiro, pelo que se depreende de casos como o presente, é depositado na conta do aposentado/pensionista sem sua solicitação, e com taxas elevadas de juros.

Prepostos de financeiras ou de bancos utilizam-se de cópias de documentos de aposentados para simular empréstimos que passam a ser descontados do benefício previdenciário.

Tal modalidade de delito vem atingindo níveis preocupantes no Brasil. Como o desconto das parcelas do empréstimo consignado ocorre diretamente no benefício previdenciário, as chances de inadimplência são nulas e as taxas de juros altíssimas.

Silenciosamente aposentados são vítimas do golpe e só vão perceber que foram lesados quando descobrem o desconto das parcelas em seu benefício previdenciário.

São contratos inexistentes pelo gravíssimo vício de falsa assinatura e uso indevido de documentos pessoais de aposentados.

Vale reportar que, recentemente, o Procon de Francisco Beltrão-PR aplicou multa de quase 1 milhão de reais a determinada instituição financeira, em virtude de práticas semelhantes à relatada pela autora na inicial.

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/09/13/procon-multa-banco-em-quase-r-1-milhao-por-emprestimos-nao-autorizados-em-francisco-beltrao.ghtml>

<https://rbj.com.br/procon-de-francisco-beltrao-multa-empresa-financeira-em-quase-1-milhao-de-reais/>

De forma semelhante também agiu o Procon de Canoas-RS, multando a referida instituição financeira por descontos de empréstimos consignados não solicitados:

[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/jornal\\_cidades/2021/09/809769-procon-de-canoas-aplica-multa-de-r-183-mil-ao-banco-c6.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/jornal_cidades/2021/09/809769-procon-de-canoas-aplica-multa-de-r-183-mil-ao-banco-c6.html)

<https://www.diariodecanoas.com.br/opiniaao/2021/09/06/procon-canoas-multa-c6-bank-por-pratica-abusiva.html>

No caso concreto, é imprescindível observar que o contrato juntado pelo Banco Daycoval no evento 32, CONTR8, não informa a cidade na qual foi, supostamente, assinado:

Local e data: \_\_\_\_\_ Emitente: Mário do Carmo P de **ASSINATURA**  
Central de Atendimento para Deficiente Auditivo: 0800 7752005 VIA NEGOCIÁVEL Arila SAC Daycoval: 0800 7750500  
Credito Consignado\_V2 Ouvidoria Daycoval: 0800 7770900

Tal informação também não existe na "Declaração de Residência" anexada ao contrato, constando apenas a informação de que teria sido lavrada no estado do Paraná, sem informar o município:

PARANA, 15 de MARÇO de 2021.

Consta como correspondente responsável pelo contrato "BEVICRED INF CAD LTDA - ME (CNPJ 07.452.085/0001-98)", e como agente responsável pela contratação "Aron Fernandes Ventura Porto (CPF 119.961.037-25)"

p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME	CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ARON FERNANDES VENTURA PORTO	CPF: 119.961.037-25

Conforme dados obtidos na página da Receita Federal, a empresa Bevicred possui sede na cidade de Tarabai-SP, o que causa, no mínimo, estranheza.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.452.085/0001-98 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/06/2005
NOME EMPRESARIAL BEVICRED INFORMACOES CADAISTRAIS LTDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 66.19-3-99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SETE DE SETEMBRO	NUMERO 2051	COMPLEMENTO *****
CEP 19.210-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO TARABAI
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTRATOS@BEVICRED.COM.BR		TELEFONE (18) 3916-9100
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/06/2005

Tais fatos reforçam as conclusões precedentes, no sentido de que os empréstimos em referência foram contratados mediante fraude.

No caso concreto, embora as assinaturas não tenham sido submetidas a perícia grafotécnica, observa-se que a assinatura fraudulenta, constante do referido contrato, destoa plenamente da assinatura da autora, constante em seu RG (evento 1, CPF4) e na procuração juntada no evento 1, PROC2.

\* Assinatura do contrato (evento 32, CONTR8)

Emitente: Maria do Carmo P de Azeite  
EGOCIÁVEL Azeite SAC Dayconal: 0800  
Residência: 0800

\* Assinatura na Declaração de Residência (evento 32, CONTR8)

Maria do Carmo P de Azeite  
DECLARANTE

\* Assinatura do RG da autora (evento 1, CPF4)



\* Assinatura da procuração (evento 1, PROC2)

Maringá-PR, 11 de dezembro 2020.



Embora a assinatura do contrato tenha procurado imitar os traços da assinatura constante do RG da autora, a discrepância é notória.

Cabe também registrar que muito embora este Juízo tenha determinado expressamente que os réus trouxessem à audiência o correspondente responsável pelo contrato, a fim de prestar depoimento (evento 4, DESPADEC1), tal determinação não foi atendida.

Por fim, instatranscrever as observações lançadas pelo Ministério Público Federal, ao emitir seu parecer (evento 46, PARECER1):

*"(...) Cópia do contrato assinado pela parte autora foi apresentado ao evento 32, no qual contam todos os dados da autora, bem como cópia de sua documentação pessoal, contudo, o número de sua residência está equivocado e o correspondente responsável por sua elaboração é desconhecido pela autora. Ressaltou-se, ademais, que a assinatura que nele conta não é igual a sua.*

*Em relação a higidez dos dados pessoais, destaca-se que como informado em audiência, anteriormente ela havia contratado dois outros empréstimos consignados por intermédio de um correspondente, de forma que seus dados podem ter sido utilizados para a celebração desse novo empréstimo sem seu consentimento.*

*Outrossim, o CNPJ: 07.452.085/0001-98, indicado como corresponde bancário, possui endereço em Tarabai/SP. Contudo, o espaço destinado ao preenchimento do local e data da celebração do contrato está em branco, o que dificulta a averiguação das informações que nele se apresentam.*

*Por fim, era incumbência do Banco entrar em contato com o responsável pela elaboração do contrato para que comparecesse a audiência, o que não foi realizado.(...)"*

Como dito, a autora não foi favorecida em nada. Na conta dela foram depositados valores, mas com taxa de juros elevada e sem qualquer risco para o Banco Daycoval, já que os descontos são feitos no benefício previdenciário.

**Assim, CONSIDERO INEXISTENTE o contrato nº 50-8672937-21, no valor de R\$ 1.476,56.**

Danos materiais

Todos valores indevidamente descontados do benefício da autora, referentes ao empréstimo consignado em discussão, deverão ser devolvidos em dobro pelo Banco Daycoval, de acordo com o § único do artigo 42 do CDC.

Referidos montantes deverão ser corrigidos pelo IPCA-E desde a data de cada desconto, bem como sofrer incidência de juros de mora de 0,5% ao mês, a contar da citação.

Danos morais

O Banco Daycoval E o INSS deverão ser condenados a indenizar a autora pelos danos morais.

A responsabilidade civil encontra-se atualmente regida pelo art. 927, do Código Civil de 2002, nos seguintes termos:

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.*

Especificamente no que diz respeito às pessoas jurídicas de direito público e às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade civil encontra fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, o qual assim preceitua:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...) omissis.*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Denota-se, dos citados dispositivos, que restou acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio a responsabilidade objetiva do Estado, a qual, por definição, prescinde da demonstração de culpa ou dolo, bastando "existir relação de causa e efeito entre ação ou omissão administrativa e dano sofrido pela vítima" (Medauar, Odete. Direito Administrativo Moderno, 12ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008).

Nesse sentido se encontra pacificada na jurisprudência do Tribunal

Regional Federal da 4ª Região, consoante se observa do seguinte precedente, a saber:

*ADMINISTRATIVO. CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCONTOS INDEVIDOS. FALHA NO SERVIÇO E PREVIDENCIÁRIO. RESPONSABILIDADE DO INSS. DANO MATERIAL - EXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - MAJORAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PERTENCEM AO ADVOGADO RECURSO REPETITIVO. 1. No caso em exame, aplica-se a teoria da responsabilidade objetiva, que tem como pressupostos o ato estatal, a relação de causalidade e o dano. 2. Há dano indenizável a partir da falha na prestação do serviço previdenciário quando é descontado valor indevido na aposentadoria do beneficiário, gerando estresse desnecessário à parte autora. 3. Demonstrado o nexo causal entre o fato lesivo imputável ao réu, exsurge o dever de indenizar, mediante compensação pecuniária compatível com a dor moral. [...]. (TRF4, APELREEX 5001807-70.2014.404.7003, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 03/06/2015)*

Conforme previsão estabelecida pela Lei nº 10.820/03, o INSS assume a responsabilidade pela existência da contratação, na medida em que não observou a necessidade de comprovação documental da ocorrência do empréstimo, não se desincumbindo de sua responsabilidade na análise do empréstimo consignado, a saber:

*Art.6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder os descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 681, de 2015)*

*§ 1º Para os fins do caput, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:*

*(...)*

*III - as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta Lei;*

Seguindo essa norma, o INSS regulamentou as rotinas da seguinte forma, de acordo com a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008 - DOU de 19/05/2008, em seu art. 3º, *in litteris*:

*Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).*

*I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim; (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de*

**18/06/2009).**

**II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009). grifei**

Conforme informado pela autora na audiência, não firmou o empréstimo em questão com o Banco Daycoval; todavia, os descontos foram consignados pelo INSS em seu benefício previdenciário.

Desse modo, como o INSS não demonstrou ter tomado cautelas referentes à verificação dos dados da titular do benefício previdenciário, responde solidariamente com o Banco Daycoval.

O uso de dados da autora e o fato de autora ter precisado ingressar com processo judicial afastam qualquer tese de mero aborrecimento.

O dano moral é indubitoso.

Os danos morais, na abalizada doutrina de Clayton Reis, *"representam ofensas que ferem a dignidade da pessoa, seus valores repercutem na intimidade, aviltando-lhe os sentimentos e produzindo profundos reflexos psicológicos. O que resulta na constituição da defesa do direito da personalidade a mais significativa forma de tutela do patrimônio moral de que todos os seres humanos são detentores."* (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisa dos Tribunais, 2019, p. 33).

Por conseguinte, **devem o INSS e o BANCO Daycoval indenizar a requerente pelos danos morais sofridos.**

#### Valor dos Danos morais

Conforme ensinamentos de Clayton Reis, *"no plano dos danos morais, será certamente impossível dimensionar a extensão do prejuízo. Trata-se de uma investigação de caráter essencialmente valorativo por parte do julgador, em que predomina a sua sensibilidade na aferição do caso concreto. Nesse procedimento, é dever do magistrado proceder à ampla análise da situação fática e concreta do dano para, sopesando os fatores que foram a causa eficiente da ofensa aos direitos de outrem, fixar o valor da indenização compatível com a realidade dos fatos presentes nos autos do processo."* (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisa dos Tribunais, 2019, p. 108).

Quanto à valoração do dano moral, sabe-se que o ressarcimento, por um lado, deve compensar a vítima em razão da lesão sofrida, mas, por outro, não deve lhe proporcionar enriquecimento indevido. Nesse sentir, se é certo que a jurisprudência não deve tolerar a indústria das indenizações por danos morais, também o é que não deve tolerar a indústria do mero aborrecimento.

Ainda segundo magistério de Clayton Reis, (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisa dos Tribunais, 2019):

*"A responsabilidade civil não pode servir apenas para reparar danos, há de punir determinadas condutas, de forma que possui três funções bem distintas: reparatória, preventiva e punitiva. A primeira volta-se para a vítima e o dano por ela sofrido. A função preventiva, por outro lado, visa a prevenção de danos que podem ocorrer no futuro. Por fim, o objetivo do viés punitivo do instituto não é reparar o dano, mas sim punir o ofensor. Devemos compreender que o conceito de sanção aqui empregado é de "técnica de controle social", uma medida estabelecida pelo sistema para reforçar a observância das normas. O objetivo primordial dessa sanção é fazer com que o sistema jurídico seja preventivo não apenas a danos, mas também com relação a condutas, ou seja, que a função punitiva da responsabilidade civil seja capaz de inibir esses comportamentos negativos de maneira eficaz. p. 164*

(...)

*Ao proceder a uma sistematização dos critérios mais utilizados na fixação dos danos morais pela jurisprudência brasileira, diante das circunstâncias do evento danoso, destacam-se quatro pontos principais: 1º) a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (dimensão do dano). 2º) a eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima); 3º) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente); 4º) a condição econômica do ofensor e as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica). p. 201*

(...)"

No caso concreto o **contrato inexistente** tem requintes. Documentos de aposentados e assinaturas falsas são usadas. Não se trata de mero empréstimo.

No caso, não houve qualquer participação culposa da vítima.

A intensidade do dolo é elevada, pelo ardil empregado para realização da fraude. O modo ardil, astuto, malicioso elevam o grau do dolo.

A condição econômica do ofensor e as condições da vítima também demonstram que a sanção não pode ficar em patamares mínimos, pois são valores descontados por Bancos e Instituições financeiras em benefícios previdenciários. Ou seja, os descontos afetam a natureza alimentar dos benefícios previdenciários e afetam pessoas idosas e vulneráveis economicamente.

Sopesando todos estes aspectos, e ressaltando a relevância do caráter preventivo e punitivo na conduta do ofensor, fixo a indenização dos danos morais nos seguintes valores.

**R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o BANCO DAYCOVAL**

**R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o INSS.**

Em se tratando de danos morais, deverá incidir correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), desde o arbitramento do valor da indenização (**Súmula n.º 362 do STJ, ou seja, a partir da presente sentença**) e juros de mora pelo índice de remuneração da caderneta de poupança, sem capitalização, desde o evento danoso (**data de assinatura do empréstimo fraudulento**) - STJ Súmula 54.

**Registro que o valor de R\$ 1.476,56 referente ao crédito disponibilizados pelo Banco Daycoval à autora em 22/03/2021, deverá ser deduzido do montante devido à autora pelo Banco Daycoval a título de danos materiais e morais, por força da presente decisão.**

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, rejeito as preliminares arguidas, confirmo a tutela de urgência concedida e **JULGO PROCEDENTE** o pedido (art. 487, I, do CPC), para, **RECONHECENDO A INEXISTÊNCIA DO CONTRATO nº 50-8672937-21, no valor de R\$ 1.476,56.**

a) Condenar o BANCO DAYCOVAL a cancelar, de forma definitiva, qualquer desconto de prestações relativas ao Contrato nº 50-8672937-21, do benefício de titularidade da autora (NB 079.306.806-1).

b) Condenar o BANCO DAYCOVAL a restituir, em dobro, todos os valores referentes às parcelas do contrato nº 50-8672937-21, indevidamente descontados do benefício da autora, acrescidos de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

c) Condenar o BANCO DAYCOVAL a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

d) Condenar o INSS a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

**Nos termos da fundamentação supra, dos valores devidos pelo Banco Daycoval à autora deverá ser abatido o montante de R\$ 1.476,56, devidamente corrigido.**

Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95, c/c art. 1º da Lei 10.259/01).

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.

Independentemente do trânsito em julgado, remeta-se cópia desta sentença às instituições abaixo para, no âmbito de suas atribuições, adotarem as medidas que entenderem cabíveis:

a) ao Presidente do Banco Central do Brasil;

b) ao Presidente do Conselho de Administração do Banco Daycoval.

c) ao Presidente do INSS.

d) ao Ministério da Justiça.

e) ao Procurador Geral da República.

f) ao Presidente da Febraban.

g) à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), tendo em vista o disposto nos artigos 55-J, IV e 55-K da Lei 13.709/2018

Havendo recurso, intime(m)-se a(s) parte(s) contrária(s) para apresentação de contrarrazões, no prazo de dez dias. Juntados os eventuais recursos e as respectivas contrarrazões apresentadas no prazo legal, remeta-se o processo à Turma Recursal.

---

Documento eletrônico assinado por **RONY FERREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700011769558v19** e do código CRC **f5d291fb**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RONY FERREIRA

Data e Hora: 16/5/2022, às 22:20:26

---

**5011326-25.2021.4.04.7003**

**700011769558 .V19**

**ENC: JFPR - 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu - Processo 5011326-25.2021.4.04.7003**

Presidencia &lt;pres@inss.gov.br&gt;

Qua, 08/06/2022 15:57

Para: MARIA EDUARDA NESTOR NOGUEIRA &lt;maria.nestor@inss.gov.br&gt;

---

**De:** prfoz02@jfpr.jus.br <prfoz02@jfpr.jus.br>**Enviado:** quarta-feira, 8 de junho de 2022 15:51**Para:** Presidencia <pres@inss.gov.br>**Assunto:** JFPR - 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu - Processo 5011326-25.2021.4.04.7003

Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Paraná

2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - [www.jfpr.jus.br](http://www.jfpr.jus.br) -  
Email: prfoz02@jfpr.jus.br

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5011326-25.2021.4.04.7003/PR

AUTOR: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

RÉU: BANCO DAYCOVAL S.A.

Boa tarde,

Segue anexo OFÍCIO Nº 700012239381 para apreciação.

Solicito acusar recebimento desta mensagem.

Respeitosamente,

Flavio Machado

Técnico Judiciário

2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu/PR

[Email enviado pelo sistema eprocPR da Justiça Federal da 4ª Região]



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Gabinete da Presidência

**DESPACHO**

Gabinete, em 9/6/2022.

**Ref.:** Processo  
nº 35014.234686/2022-80.

**Int.:** 2ª Vara Federal de  
Foz do Iguaçu/PR.

**Ass.:** Procedimento do  
Juizado Especial Cível  
nº 5011326-  
25.2021.4.04.7003/PR -  
autor: MARIA DO  
CARMO PITELLI DE  
AVILA e réu: INSS  
e BANCO DAYCOVAL  
S.A.

1. Preliminarmente, consigna-se o recebimento dos presentes autos nesta data.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão para conhecimento da sentença proferida na ação em referência e adoção das providências cabíveis, devendo a resposta ser encaminhada diretamente ao Juízo solicitante.

**DIOGO FREITAS FIGUEIREDO**

Chefe de Gabinete da Presidência

Substituto



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO FREITAS FIGUEIREDO, Chefe de Gabinete da Presidência Substituto**, em 09/06/2022, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador



**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.234686/2022-80

SEI nº 7766071



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

**DESPACHO**

**Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 07/07/2022**

**Ref.:** Processo nº 35014.234686/2022-80.

**Int.:** PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ 2ª VARA  
FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU.

**Ass.:** Procedimento do Juizado Especial  
Cível nº 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR -  
autor: MARIA DO CARMO PITELLI DE  
AVILA e réu: INSS e BANCO DAYCOVAL  
S.A.

1. Trata-se de minuta do OFÍCIO Nº 700012239381, exarado no bojo do Procedimento do Juizado Especial Cível nº 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR que dá conhecimento ao INSS de setença proferida no mencionado feito.
2. Tendo em vista, tratar-se de *quaestio iuris* vinculada à contratação de empréstimo consignado, de ordem, encaminha-se à DCBEN para exame e fundamentada manifestação.
3. Concomitantemente e, por cautela, também de ordem, à PFE-INSS para ciência.

**FERNÃO ROCHA CAMPOS**

Assistente Técnico Especializado - DIRBEN



Documento assinado eletronicamente por **FERNAO ROCHA CAMPOS, Analista do Seguro Social**, em 07/07/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8076838** e o código CRC **FE11BFD2**.



# HISTÓRICO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA

## Benefício

### PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA

Nº Benefício: 079.306.806-1

Situação: ATIVO

Pago em: BANCO BRADESCO S. A.

Meio: Cartão Magnético

Não possui procurador  
Não possui representante legal  
Não é pensão alimentícia  
Liberado para empréstimo

## Margem para Empréstimo/Cartão e Resumo Financeiro

	EMPRÉSTIMOS	CARTÃO
BASE DE CÁLCULO	R\$1.212,00	R\$1.212,00
MARGEM CONSIGNÁVEL*	R\$424,20	R\$60,60
MARGEM UTILIZADA	R\$239,34	R\$0,00
MARGEM RESERVADA**	R\$0,00	-
MARGEM DISPONÍVEL	R\$184,86	R\$60,60
MARGEM EXTRAPOLADA***	R\$0,00	-

\* A margem consignável atual representa 35% da base de cálculo para empréstimos e 5% para

\*\* O valor da margem reservada está incluído no valor da margem utilizada.

\*\*\* A margem extrapolada representa o valor que excedeu a margem disponível, que pode ocorrer em

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

CONTRATOS ATIVOS E SUSPENSOS*														
CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	COMPETÊNCIA		QUANTIDADE DE PARCELAS	VALOR				DATA		
					INÍCIO DE DESCONTO	FIM DE DESCONTO		PARCELA	IOF	EMPRESTADO	LIBERADO	SUSPENS. BANCO	SUSPENS. INSS	REATIV. BANCO
0000012303551	422 - BANCO SAFRA S. A.	Ativo	Averbação nova	20/11/19	12/2019	11/2025	72	R\$51.30		R\$3.693,60	R\$1.824,12			
344170154-1	623 - BANCO PAN S. A.	Ativo	Averbação nova	18/02/21	03/2021	01/2024	35	R\$75,66		R\$0,00	R\$2.003,03			
344170248-1	623 - BANCO PAN S. A.	Ativo	Averbação nova	18/02/21	03/2021	11/2023	33	R\$112,38		R\$0,00	R\$2.791,22			

\*Contratos que comprometem a margem consignável.

## EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

## CONTRATOS EXCLUÍDOS E ENCERRADOS

CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	COMPETÊNCIA		QUANTIDADE DE PARCELAS	VALOR				DATA				EXCLUSÃO		
					INÍCIO DE DESCONTO	FIM DE DESCONTO		PARCELA	IOF	EMPRESTADO	LIBERADO	SUSPENS. BANCO	SUSPENS. INSS	REATIV. BANCO	REATIV. INSS	DATA	ORIGEM	MOTIVO
000004454744	422 - BANCO SAFRA S. A.	Excluído	Averbação nova	30/10/17	11/2017	02/2021	72	R\$117,31		R\$8.446,32	R\$4.214,93					17/02/21	Exclusão Banco	Liquidação antecipada
000004872679	422 - BANCO SAFRA S. A.	Excluído	Averbação nova	15/12/17	01/2018	02/2021	72	R\$80,86		R\$5.821,92	R\$2.871,65					17/02/21	Exclusão Banco	Liquidação antecipada
010014481569	626 - BANCO C6 CONSIGNADO S. A.	Excluído	Averbação nova	29/11/20	03/2021	12/2020	84	R\$37,00		R\$0,00	R\$1.496,76					15/12/20	Exclusão Banco	
50-8672937/21	707 - BANCO DAYCOVAL S. A.	Excluído	Averbação nova	19/03/21	04/2021	07/2021	84	R\$35,56		R\$0,00	R\$1.476,56	12/07/21				20/07/21	Exclusão Banco	Desistência do empréstimo (prazo menor que 15 dias corridos da data de assinatura do contrato)
518970221	394 - BANCO BRADESCO FINANCIAMENT OS S. A.	Encerrado	Averbação nova	28/05/07	09/2007	08/2008	24	R\$108,36		R\$2.600,64	R\$1.700,00					28/08/08		
534525261	394 - BANCO BRADESCO FINANCIAMENT OS S. A.	Encerrado	Averbação nova	28/08/08	09/2008	09/2011	60	R\$80,86		R\$4.851,60	R\$2.382,44					19/09/11		
585999856	394 - BANCO BRADESCO FINANCIAMENT OS S. A.	Encerrado	Averbação nova	16/09/11	10/2011	06/2016	60	R\$27,86		R\$1.671,60	R\$848,09					24/06/16		
586000089	394 - BANCO BRADESCO FINANCIAMENT OS S. A.	Encerrado	Averbação nova	19/09/11	10/2011	05/2015	60	R\$80,86		R\$4.851,60	R\$2.461,49					11/12/17		
000629900152 0140821	341 - BANCO ITAU S. A.	Encerrado	Averbação nova	21/08/14	09/2014	08/2019	60	R\$36,08		R\$2.164,80	R\$1.178,28							
586000089-0	394 - BANCO BRADESCO FINANCIAMENT OS S. A.	Encerrado	Averbação nova	01/04/15	04/2015	06/2015	22	R\$80,86		R\$1.778,92	R\$1.773,92					30/06/15		

## EMPRÉSTIMOS NO CARTÃO

CONTRATOS EXCLUÍDOS E ENCERRADOS														
CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	VALOR		DATA				EXCLUSÃO			
					LIMITE DE CARTÃO	RESERVADO	SUSPENSÃO BANCO	SUSPENSÃO INSS	REATIVAÇÃO BANCO	REATIVAÇÃO INSS	DATA	ORIGEM	MOTIVO	
40250807310000734965	237 - BANCO BRADESCO S. A.	Excluído	Averbação nova	01/08/08	R\$1,00	R\$16,14						01/08/14	Averbação nova	
40251301080000018228	237 - BANCO BRADESCO S. A.	Excluído	Averbação nova	09/01/13	R\$1,00	R\$62,20						07/04/21	Averbação nova	

DESCONTOS DE CARTÃO						
CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	COMPETÊNCIA	VALOR		
				SALDO DEVEDOR	DESCONTO	UTILIZADO NO MÊS
40250810010001325593	237 - BANCO BRADESCO S. A.	Encerrado	10/2008	R\$5,05	R\$5,05	R\$0,00
40250808290001076005	237 - BANCO BRADESCO S. A.	Encerrado	09/2008	R\$5,00	R\$5,00	R\$0,00



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

**OFÍCIO SEI Nº 237/2022/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS**

Brasília, 08 de julho de 2022.

Ao Senhor

**RONY FERREIRA**

2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu – PR

AV. Pedro Basso, nº 920

CEP: 85.863-756 – Foz do Iguaçu – PR

**Assunto: Resposta ao Ofício Nº 700012239381 - 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.234686/2022-80.

Senhor Juiz,

1. Cumprimentando-a cordialmente e em resposta à decisão judicial para cancelamento de empréstimo consignado junto ao benefício 21/079.306.806-1, informamos o que se segue.
2. Em consulta ao Histórico de Empréstimo Consignado no Benefício 21/079.306.806-1 da Sra. Maria do Carmo Pitelli de Avila retorna-se o resultado que se segue: Contrato 50-8672937/21, no valor de R\$1.476,56 (um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) possui a situação: Excluído (Documento SEI 8086052).
3. Considerando atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no inciso I, Art. 52-A., da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28, DE 16 DE MAIO DE 2008;
4. Considerando a unificação dos processos constantes no SEI/INSS, para fins de apuração administrativa de irregularidades supostamente cometidas pelo interessado, à luz dos normativos em vigor e que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.
5. Considerando que o pedido de apuração atrai a competência desta DCBEN.
6. Informamos que o contrato de empréstimo consignado e cartão de crédito é celebrado exclusivamente entre o beneficiário e a instituição financeira contratada de forma que os dados para contratação do empréstimo são transmitidos diretamente pelas instituições financeiras à Dataprev. Atendidos os requisitos da legislação vigente e possuindo margem consignável disponível, a liberação do empréstimo ocorre de forma automática mediante sistema da Dataprev, sem qualquer participação do INSS. **Note-se que o INSS não tem competência para realizar a averbação do contrato de**

**empréstimo e sequer dispõe de acesso ao sistema de troca de informações para inserir tais dados.** Toda a operação sistêmica é processada via Dataprev.

7. Desse modo, o INSS é responsável apenas pelo credenciamento das instituições financeiras, através da celebração de Acordo de Cooperação Técnica, desde que atendidos os requisitos legais e técnicos exigidos, conforme critérios e requisitos constantes na Portaria DIRBEN/INSS n.º 76, de 03/02/2020. Celebrado o Acordo as instituições são autorizadas a realizar a contratação dos empréstimos mediante descontos em benefícios previdenciários e inteiramente responsáveis por quaisquer irregularidades na formalização do contrato. A seguir legislações que ratificam esse entendimento.

7.1. Instrução Normativa n.28/2008 que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social.

Art. 47 [...]

[...]

**§ 5º Caberá, exclusivamente à instituição financeira, a responsabilidade pela devolução do valor consignado/retido indevidamente, no prazo máximo de dois dias úteis da constatação da irregularidade, corrigido com base na variação da SELIC, desde a data de vencimento da parcela referente ao desconto indevido em folha, até o dia útil anterior ao da efetiva devolução, observada a forma disposta no art. 23, enviando comprovante à Dataprev. (Redação do parágrafo dada pela Instrução Normativa INSS Nº 100 DE 28/12/2018).**

7.2. Lei 10/820/2003 que Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada de que trata o [art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), poderão autorizar que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS proceda aos descontos referidos no art. 1º e, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam os seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, na forma estabelecida em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS e ouvido o Conselho Nacional de Previdência Social. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.106, de 2022\)](#)

§ 2º Em qualquer circunstância, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no **caput** deste artigo restringe-se à: [\(Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004\)](#)

I - retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado; e

II - manutenção dos pagamentos do titular do benefício na mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo pagamento dos créditos de que trata o **caput** será direta e exclusiva do beneficiário e a União não poderá ser responsabilizada, ainda que subsidiariamente, em qualquer hipótese. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.106, de 2022\)](#)

7.3. Nesta mesma esteira, o § 10 do Art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#), também dispõe que:

Art. 154. (...)

**§ 10. O INSS não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados pelos segurados restringindo-se sua responsabilidade: (Incluído pelo Decreto nº 5.699, de 2006)**

*I - à retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e seu repasse à instituição consignatária, em relação às operações contratadas na forma do inciso VI do caput; e (Incluído pelo Decreto nº 5.699, de 2006)*

*II - à manutenção dos pagamentos na mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor, desde que seja por ela comunicado, na forma estabelecida pelo INSS, e enquanto não*

8. Entre as principais alterações para proteção do beneficiário do assédio comercial, destaca-se, em 2018, a publicação da Instrução Normativa nº 100/PRES/INSS, que alterou regras da modalidade de crédito, ao proibir que as instituições financeiras ofereçam de maneira ativa aos segurados para oferecer consignados por 180 (cento e oitenta) dias após a concessão do benefício.

9. A referida alteração/inserção na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 de maio de 2008 teve por objetivo impor bloqueio no benefício do aposentado ou pensionista para realização de operações de crédito consignado até que haja autorização expressa pelo titular ou representante e a vedação de marketing ativo, oferta, proposta e publicidade envolvendo a contratação de crédito durante um prazo mínimo de até 180 dias.

10. Além disso, a instrução normativa estabelece que a possibilidade de contratação de empréstimo consignados também fica bloqueada por 90 (noventa) dias, contados a partir da data de concessão, conforme destacada abaixo:

**IN nº 28/2008:**

*Art. 1º. O desconto no valor d aposentadoria e pensão por morte pagas pela Previdência Social das parcelas referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito, concedidos por instituições financeiras, obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.*

*[...]*

*§ 3º Fica expressamente vedado às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que mantenham Convênios e/ou Acordos de Cooperação Técnica com o INSS, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica, qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contatos a partir da respectiva DDB. (Incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)*

*[...]*

*§ 4º As atividades referidas no § 3º deste artigo, se realizadas no prazo de vedação, serão consideradas assédio comercial, e serão punidas nos termos do Capítulo XII, sem prejuízo de assim também serem consideradas outras práticas qualificadas como abusivas pelos órgãos de defesa do consumidor. (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018).*

11. Registre-se que o beneficiário pode realizar o bloqueio e o desbloqueio do benefício a qualquer momento após o prazo de 90 (noventa) dias da concessão através da Central de Atendimento 135 ou pelo Meu INSS. De forma que a manutenção do benefício bloqueado impedirá a realização de descontos indevidos.

12. Em 24/09/2019 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre a **Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON e o INSS**, com interveniência da Ouvidoria - Geral do Ministério da Economia, onde desde então as reclamações oriundas da Ouvidoria de operações de descontos empréstimo consignado e reserva de margem consignável para cartão de crédito passaram a ser tratadas por meio do sítio [consumidor.gov.br](http://consumidor.gov.br) para fins de tratamento e exclusão dos descontos.

13. Complementando o acordo de cooperação, informamos ainda que a partir da publicação do Decreto nº 10.197, de 02 de janeiro de 2020, o portal do [Consumidor.gov.br](http://Consumidor.gov.br) fica estabelecido como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo.

14. É importante ressaltar que as reclamações sendo tratadas pela Senacon tem permitido estudos técnicos elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Senacon, a respeito de empréstimos consignados e de cartão de crédito e das questões envolvendo sua oferta e comercialização, sugerindo ao INSS alteração de regras na Instrução Normativas nº 28, de 2008 do INSS, propondo ainda autorregulação ao Banco Central do Brasil das distorções das

atividades/relações de consumo.

15. Além da parceria com a SENACON, o INSS tem mantido constante contato com Banco Central, Dataprev e, principalmente, com a Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária - COINP da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com o objetivo de identificar as fontes e possíveis falhas nos fluxos internos e externos, que contribuem para o vazamento de dados de segurados.

16. Como outra medida importante, a partir de 02 de janeiro de 2020, foi implantação da Autorregulação do Crédito Consignado, o sistema de Autorregulação de Operações de Empréstimo Pessoal e Cartão de Crédito com Pagamento Mediante Consignação, desenvolvido em parceria entre a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos e a ABBC- Associação Brasileira de Bancos, com objetivo de aperfeiçoar o atendimento aos clientes na oferta de crédito consignado no país. Em que reúne 31 instituições que representam cerca de 98% do volume da carteira de crédito consignado em todo o país. Uma das inovações do novo conjunto de regras é o sistema de bloqueio para os clientes bancários que não queiram receber ligações de oferta do produto.

17. A iniciativa estabelece um conjunto de regras com três objetivos principais: 1) a criação de um sistema de bloqueio de ligações à disposição dos consumidores que não queiram receber ofertas de crédito consignado; 2) a criação de uma base de dados para monitoramento de reclamações recebidas em razão da oferta inadequada do produto; 3) e a implementação de medidas voltadas à transparência, combate ao assédio comercial e qualificação de correspondentes.

18. O beneficiário do INSS além de acessar o site “Não me Perturbe”, nos moldes do “Não Perturbe” de participação de empresas de telecomunicações, passa a contar com a adesão dos bancos integrantes da Autorregulação e pode ser acessado em <https://www.naomeperturbe.com.br/>.

19. O desenvolvimento de um sistema nos moldes do “Não Perturbe” (<https://www.naomeperturbe.com.br>), já utilizado por órgãos de defesa do consumidor, possibilita que os consumidores realizem o cadastro de seu telefone, fixo ou móvel visando bloquear a oferta de telemarketing de crédito consignado. Após o prazo de 30 dias da inclusão neste sistema, tanto os bancos quanto os correspondentes por eles contratados não poderão fazer qualquer oferta de operação de crédito consignado. A ferramenta passou a registrar pedidos de bloqueio em janeiro de 2020. No site da Autorregulação Bancária (<http://www.autorregulacaobancaria.com.br>), os beneficiários encontrarão um link com informações do sistema de bloqueio e o redirecionamento para o site do “Não me Perturbe”, além de todas as informações referentes à nova Autorregulação do Crédito Consignado.

20. Importa ressaltar que no final do ano de 2021, o INSS, por meio da Portaria DIRBEN/INSS nº 929, de 24 de setembro de 2021, passou a utilizar a política de segurança de Níveis de Autenticação (Bronze, Prata e Ouro) da Conta GOV.br, que tem como principal característica ser um recurso de segurança da informação da identidade, que permitem flexibilidade para realização do acesso.

21. Esses Selos de Confiabilidade estão presentes em cada nível de autenticação e consistem em orientar para qualificação das contas com a obtenção dos atributos autoritativos do cidadão a partir das bases oficiais de governo, por meio das quais permitirão a utilização da credencial de acesso em sistemas internos dos clientes e serviços providos diretamente ao cidadão. Sendo, portanto, mais uma medida para evitar os descontos indevidos sem a autorização dos beneficiários.

22. Dentre as principais regras estabelecidas agora no ano de 2022, visando estabelecer contratações de crédito de empréstimo consignado mais seguras, destacamos a disponibilidade no aplicativo "MEU INSS", com as seguintes funcionalidades:

- I - possibilidade de certificação da pessoa com deficiência;

- II - botão que direciona o cidadão para ambiente virtual de cursos à distância; e
- III - acesso dos beneficiários a cópia dos contratos de empréstimo consignado, averbados pelos bancos C6, BMG, PAN e Agibank, encaminhados a Dataprev a partir de 1º de outubro de 2021. A nova funcionalidade permite, ao beneficiário do INSS, consultar informações cadastrais e financeiras dos seus contratos, identificando inclusive possíveis averbações irregulares.

23. Face à competência trazida pela IN/PRES/INSS nº 28 de 16 de maio de 2008, informamos que juntamos o presente processo ao bloco Interno nº 99637, onde estão sendo consolidadas novas denúncias/reclamações em desfavor da IF em comento, por condutas alegadamente afrontosas ao art. 52 e 52-A da IN 28, ensejando em processo apuratório de irregularidades que, após ampla defesa e contraditório, poderá resultar em sanções administrativas (suspensão e até rescisão do ACT) ao **Banco Daycoval S.A.**

24. Certos que atendemos as informações solicitadas, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

*assinado eletronicamente*  
**JUCIMAR FONSECA DA SILVA**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPAP/DIRBEN/INSS

Anexos: Histórico de Consignação (8086052)



Documento assinado eletronicamente por **JUCIMAR FONSECA DA SILVA, Chefe de Divisão de Consignação em Benefícios**, em 08/07/2022, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8086326** e o código CRC **D594436A**.

DCBEN – SAUS QUADRA 2 BLOCO 0 – Brasília – DF. CEP 70070946.  
Telefone: . E-mail:

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.234686/2022-80

SEI nº 8086326

**Data de Envio:**

08/07/2022 14:29:12

**De:**

INSS/Divisão de Consignações em Benefícios <dconb@inss.gov.br>

**Para:**

prfoz02@jfpr.jus.br

**Assunto:**

Ofício Nº 700012239381 - 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR

**Mensagem:**

Prezados,

Em atenção a sua solicitação segue em anexo ofício de resposta.

Atenciosamente,

DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN

**Anexos:**

Oficio\_7750053\_Documento5.pdf

Historico\_8086052\_HISTORICO\_CONSIGNACOES\_\_0793068061.pdf

Oficio\_SEI\_8086326.html



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão de Consignação em Benefícios, em 08/07/2022**

**Ref.:** Processo nº 35014.234686/2022-80.

**Int.:** PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ 2ª VARA  
FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU.

**A s s . : Resposta ao Ofício Nº  
700012239381 - 5011326-  
25.2021.4.04.7003/PR**

1. Tendo em vista o envio do OFÍCIO SEI Nº 237/2022/DCBEN/CPGB/CGPAG/DIRBEN-INSS contendo as informações solicitadas, conclua-se na unidade.

*assinado eletronicamente*

**MARILDA FÔLEGO KRUGER**

servidor convocado



Documento assinado eletronicamente por **MARILDA FOLEGO KRUGER, Técnico do Seguro Social**, em 08/07/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8091704** e o código CRC **5A3DE698**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PFE/INSS - SEDE  
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO JUDICIAL  
**DESPACHO n. 00049/2022/DOJU/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 35014.234686/2022-80**

**INTERESSADOS: SEGUNDA VARA FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU**

**ASSUNTOS: MANDADO DE SEGURANÇA**

1. Considerando que os atos normativos e demais avenças disciplinadas pelo INSS com as Instituições Financeiras em matéria de empréstimos consignados são analisados pelas Coordenações-Gerais da área meio da PFE/INSS, encaminha-se os autos sejam encaminhados à Coordenação-Geral de Matéria de Parcerias e Residual para, adoção das providências que entender pertinentes.

Brasília, 12 de julho de 2022.

Ana Amélia Rocha

Procuradora Federal

Coordenação de Prevenção de Litígios e Orientação Judicial da Coordenação-Geral de Matéria Finalística da PFE-  
INSS - CPLOJ/CGMF/PFE-INSS

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014234686202280 e da chave de acesso d64e3d90



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PFE/INSS - SEDE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA DE PESSOAL, PARCERIAS E RESIDUAL  
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

---

**DESPACHO n. 00031/2022/CGMPR/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 35014.234686/2022-80**

**INTERESSADOS: SEGUNDA VARA FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU**

**ASSUNTOS: MANDADO DE SEGURANÇA**

1. Trata-se de minuta do OFÍCIO Nº 700012239381, lavrado nos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível sob nº 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR, que dá conhecimento ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS de sentença proferida no mencionado feito.
2. A ação foi interposta contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e BANCO DAYCOVAL S.A; requer a cessação de descontos consignados em benefício de pensão por morte sob nº 079.306.806-1 e indenização por danos morais, tendo em vista que a autora alega que jamais realizou o referido empréstimo.
3. Em decisão proferida, foram rejeitadas as preliminares arguidas, confirmada a tutela de urgência concedida e julgado procedente o pedido para reconhecer a inexistência do contrato de empréstimo consignado.
4. Destaca-se que foi entendido que a autora não firmou o empréstimo em questão com o BANCO DAYCOVAL S.A, tratando-se de fraude. Sendo assim, o Juiz entendeu que o INSS deve responder solidariamente, por não ter tomado as cautelas necessárias de verificação de dados.
5. Ato contínuo, condenou o BANCO DAYCOVAL S.A. a cancelar qualquer desconto de prestações reativos ao contrato de empréstimo; a restituir, em dobro, todos os valores referentes às parcelas descontadas indevidamente do benefício da autora, acrescidos de juros e correção monetária e ao pagamento por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) acrescidos de juros e correção monetária.
6. Em seguida, **condenou o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a título de indenização por danos morais, ao pagamento no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) acrescidos de juros e correção monetária.**
7. O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por sua vez, entrou com Embargos de Declaração que não foram acolhidos e posteriormente com Recurso Inominado, o qual ainda não foi apreciado pelo juízo.
8. Destarte, encaminha-se os autos para à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN, para ciência e providências cabíveis.
9. Por oportuno, encaminhe-se também à Procuradoria Federal Especializada do INSS de Santa Catarina – PFE-INSS/SC, para manifestação acerca do andamento do feito.

Brasília, 18 de julho de 2022.

**PATRICIA CRISTINA LESSA FRANCO MARTINS**  
Procuradora Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014234686202280 e da chave de acesso d64e3d90



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

**DESPACHO**

**Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, em 19/07/2022**

**Ref.:** Processo nº 35014.234686/2022-80.

**Int.:** 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu.

**Ass.:** Procedimento do Juizado Especial Cível nº 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR - autor: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA e réu: INSS e BANCO DAYCOVAL S.A.

1. Ciente do DESPACHO n. 00031/2022/CGMPR/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU (8200674), emitido pela Coordenação-Geral de Matéria de Pessoal, Parcerias e Residual da PFE-INSS, informando a condenação solidária do INSS em ação proposta em face do BANCO DAYCOVAL S.A por fraude em empréstimo consignado.
2. Encaminhe-se à DCBEN, com trânsito pela CGPAG para ciência, análise e adoção das providências necessárias.

**EDSON AKIO YAMADA**

Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão



Documento assinado eletronicamente por **EDSON AKIO YAMADA, Diretor(a) de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão**, em 19/07/2022, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8201998** e o código CRC **D11BBCD7**.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão  
Coordenação-Geral de Pagamento de Benefícios  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão de Consignação em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão de Consignação em Benefícios, em 20/07/2022**

**Ref.:** Processo nº 35014.234686/2022-80.

**Int.:** PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ 2ª VARA  
FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU.

**Ass.:** Procedimento do Juizado Especial  
Cível nº 5011326- 25.2021.4.04.7003/PR -  
autor: MARIA DO CARMO PITELLI DE  
AVILA e réu: INSS e BANCO DAYCOVAL  
S.A.

1. Trata-se de DESPACHO n. 00031/2022/CGMPR/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU ( 8200674), emitido pela Coordenação-Geral de Matéria de Pessoal, Parcerias e Residual da PFE-INSS, informando a condenação solidária do INSS em ação proposta em face do BANCO DAYCOVAL S.A por fraude em empréstimo consignado.
2. A referida Coordenação encaminhou os autos para à Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN, para ciência e providências cabíveis.
3. A DIRBEN, por sua vez, encaminhou a esta Divisão, com trânsito pela CGPAG para ciência, análise e adoção das providências necessárias.
- 4.
- 5.
6. Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/RMC realizadas pelas instituições consignatárias acordantes ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:
7. Assim, esta Coordenação passa à análise das proposições apresentadas no parecer supracitado e a tecer suas considerações no intuito de contribuir para a formulação dos ajustes recomendados e, [...], concluir o trabalho.

8. A conclusão deverá conter a opinião sobre o assunto.
9. Feitas as considerações, encaminhe-se à (ao) XXXXXXXX.

**NOME DO SIGNATÁRIO EM MAIÚSCULAS E NEGRITO]**

[Cargo do Signatário em Minúsculas e sem negrito]

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.234686/2022-80

SEI nº 8224171